

“Modelo macroeconômico é um entrave”

O economista José Luis da Costa Oreiro, professor da Universidade Federal do Paraná, considera que o grande desafio do Brasil é encontrar o caminho que leva ao crescimento sustentado. Ele está convencido de que “o entrave fundamental está no modelo macroeconômico” e propõe uma alternativa, baseada na redução do superávit primário (sobra no caixa do governo excluindo gastos com juros) dos atuais 4,25% do Produto Interno Bruto (PIB) para 3%, na queda da taxa real de juros para 6% ao ano e no controle de entrada e saída de capitais do país.

Essas idéias, faz questão de frisar Oreiro, não são apenas suas, mas de um grupo de trabalho que inclui também professores do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, da Universidade de São Paulo, da Universidade Federal do Rio Grande Sul, além de sua própria universidade. E muitas delas, destaca ele, foram endossadas pelo Prêmio Nobel e ex-economista do Banco Mundial Joseph Stiglitz, em sua última visita ao Brasil.

Defendemos ainda o abandono do sistema de metas de inflação e sua substituição por um regime no qual a taxa de desvalorização do câmbio nominal é fixada pelo Banco Central de forma a garantir basicamente duas coisas: competitividade das exportações e a estabili-

dade de preços.

Ele concorda com a idéia de que, para garantir a estabilidade de preços, é necessária uma âncora nominal, mas diz que esse papel pode ser desempenhado pelo câmbio.

— Alguém pode dizer: mas esse era o sistema na época do Gustavo Franco (*ex-presidente do Banco Central*) e deu errado. O problema com o sistema do Gusta-

vo não era a concepção em si, mas o fato de que, quando foi implementado, em março de 1995, o câmbio já estava sobrevalorizado. Em função dessas condições iniciais adversas, o sistema acabou não resolvendo o desequilíbrio e a vulnerabilidade externa da economia.

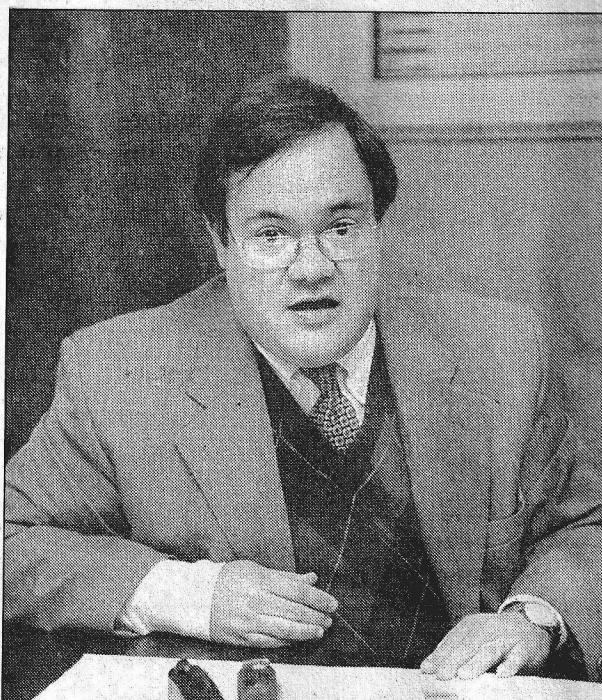
O economista também concorda com a tese da responsabilidade fiscal, mas acha que o superávit “é grande demais e

tem espaço para ser reduzido”. Ele lembra que os técnicos do governo dizem que 4,25% é o mínimo necessário para impedir que a dívida pública entre numa trajetória explosiva. “E qual o problema da dívida pública entrar numa trajetória explosiva”, questiona? Outro argumento em defesa do superávit, alto, diz, seria gerar expectativas de aumento de inflação.

— São raciocínios equivocados porque partem do pressuposto de que a única variável sobre a qual não se tem controle é o superávit primário. O que não é verdade. O atual nível de superávit primário é um entrave ao crescimento econômico, pois impede a realização de investimentos públicos.

E sem o setor público, segue o professor, os investimentos privados não saem, porque os investidores não aplicam sem que sejam realizadas antes as obras de infra-estruturas necessárias.

— No livro *Agenda Brasil*, que nosso grupo está preparando, defendemos que essa redução de 1,25 ponto percentual de superávit seja integralmente usada para financiar o investimento público em obras de infra-estrutura. Ou seja, não se trata de reduzir para dar aumento para servidor nem para prefeitura gastar mais. Além disso, se reduzirmos o superávit em 1,25 num ano, podemos gerar expansão de 2,5% do PIB.



“O superávit primário é grande demais e tem espaço para ser reduzido para 3% do PIB”